

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.346 - PE (2019/0289505-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : IVANIA OLIMPIO DE ALMEIDA QUEIROGA
AGRAVANTE : IVANIA OLIMPIO DE ALMEIDA QUEIROGA
ADVOGADO : JAILSON CLAUDINO DA SILVA MOURA - PE023588D
AGRAVADO : MARIA DO CARMO ELIDA DANTAS PEREIRA
ADVOGADO : ADMILSON LEITE DE ALMEIDA JÚNIOR - PB011211
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por IVANIA OLIMPIO DE ALMEIDA QUEIROGA, em face da decisão de fls. 2.376-2.377, e-STJ, que inadmitiu o apelo extremo em razão da ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial nos moldes previstos no art. 1.029, § 1º, do CPC/2015.

Nas razões de agravo (fls. 2.384-2.394, e-STJ), a insurgente reproduz os argumentos expendidos no recurso especial.

Contraminuta ofertada às fls. 2.409-2.412, e-STJ.

Ascenderam os autos a esta Corte Superior.

É o relatório.

Decido.

1. O recurso não é admissível, por violação ao princípio da dialeticidade.

Conforme relatado, o apelo extremo foi inadmitido, em razão de a recorrente não ter demonstrado, de forma analítica, a existência de eventual dissenso jurisprudencial, tendo-se limitado à simples transcrição de ementas de acórdãos, sem demonstrar a similitude fática entre eles.

Nas razões do presente agravo, observa-se que a insurgente não combateu, especificamente, todos os fundamentos utilizados pela Corte Estadual para inadmitir o processamento do apelo extremo, limitando-se a renegar, genericamente, o juízo de admissibilidade realizado na origem, bem como a reproduzir as razões expostas no recurso especial.

No que diz respeito à ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial, caberia à parte insurgente, desafiar esse fundamento, demonstrando o efetivo cumprimento das exigências contidas na legislação processual de regência (art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 c/c art. 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ), mediante a transcrição dos acórdãos divergentes que configurem o dissídio, com menção às circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, providência da qual olvidou-se a parte agravante.

Consoante entendimento desta Corte, pelo princípio da dialeticidade, compete à parte recorrente infirmar todos os fundamentos da decisão agravada. A ausência de impugnação específica torna forçoso o não conhecimento do reclamo, por aplicação do quanto disposto nos artigos 932, incinso III, do CPC/2015.

Aplicável, ainda o óbice enunciado na Súmula 182 do STJ, a saber: "*É inviável o agravo do art. 545 do CPC/73 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada*".

Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes julgados: **AgInt no AREsp**

Superior Tribunal de Justiça

1074988/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017; **AgInt no AREsp 877.856/RJ**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, **SEGUNDA TURMA**, julgado em 08/11/2016, DJe 23/11/2016; **AgInt nos EDcl no AREsp 1017447/RJ**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 27/06/2017, DJe 02/08/2017; **AgInt nos EDcl no AREsp 863.863/SP**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, **QUARTA TURMA**, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017

Ausente a impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada, impõe-se a aplicação do artigo 932, inciso III, do CPC/2015 e, ainda, por analogia do óbice do Enunciado da Súmula 182 do STJ.

2. Do exposto, não conheço do agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator

